



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Palmas, 09 de março de 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/TO – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Tocantins

DPF.B/AGA/TO – Delegacia de Polícia Federal na cidade de Araguaína-TO

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria Geral da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade....	30
Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	31
Quadro 04 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 662	31
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2679	32
Quadro 06 - Serviços de Polícia Administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada.....	33
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 2720	33
Quadro 08 - Dados Gerais da Ação 2726	34
Quadro 09- Metas e Resultados da Ação 2726 no Exercício 2008	34
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 4572	35
Quadro 11 - Metas e Resultados da Ação 4572 no Exercício 2009	35
Quadro 12 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	35
Quadro 13 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 1453	36
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375	36
Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	37
Quadro 16 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 0750 UG 200404.....	37
Quadro 17 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 0750 UG 200405.....	37
Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 2000.....	38
Quadro 19 - Dados Gerais da Ação 2003.....	39
Quadro 20 – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária.....	40
Quadro 21 – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária.....	41
Quadro 22 – Resumo do Desempenho do Setor Técnico Científico e Núcleo de Identificação.....	41
Quadro 23 – Histórico de Apreensões de Entorpecentes da SR/DPF/TO.....	41
Quadro 24 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de armas.....	42
Quadro 25 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle migratório.....	42
Quadro 26 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada.....	43
Quadro 27 - Evolução de Gastos Gerais.....	43
Quadro 28 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	44
Quadro 29 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	45
Quadro 30 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	46

Quadro 31 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	46
Quadro 32 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	48
Quadro 33 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	52
Quadro 34 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	52
Quadro 35 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	55
Quadro 36 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....	64

Sumário

<u>Introdução.....</u>	<u>8</u>
<u>1 – Informações Gerais de Identificação.....</u>	<u>10</u>
<u>2 – Objetivos e Metas</u>	<u>12</u>
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais.....</u>	<u>12</u>
<u>2.1.1 – Objetivos Estratégicos.....</u>	<u>13</u>
<u>2.2 – Estratégia de Atuação.....</u>	<u>14</u>
<u>2.2.1 Metas Policiais.....</u>	<u>14</u>
<u>2.2.2 Metas Administrativas.....</u>	<u>23</u>
<u>2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....</u>	<u>30</u>
<u>2.3.1 – Programas/Ações.....</u>	<u>30</u>
<u>2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....</u>	<u>31</u>
<u>2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....</u>	<u>32</u>
<u>2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública</u>	<u>33</u>
<u>2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União</u>	<u>34</u>
<u>2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....</u>	<u>35</u>
<u>2.3.1.2 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....</u>	<u>35</u>
<u>2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento</u>	<u>36</u>
<u>2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo</u>	<u>37</u>
<u>2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade</u>	<u>38</u>
<u>2.3.1.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática.....</u>	<u>39</u>
<u>2.4 – Desempenho Operacional.....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.1 Desempenho Operacional da Polícia Judiciária.....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.2 Desempenho Operacional da Polícia Administrativa.....</u>	<u>42</u>
<u>2.4.3 – Evolução das despesas.....</u>	<u>44</u>

<u>2.4.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....</u>	<u>44</u>
<u>2.4.3.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	<u>45</u>
<u>2.4.3.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	<u>46</u>
<u>2.4.3.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....</u>	<u>46</u>
<u>2.4.4 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....</u>	<u>48</u>
<u>2.4.5 – Indicadores de desempenho</u>	<u>48</u>
<u>2.4.6 – Análise do desempenho</u>	<u>50</u>
<u>3 - Recursos Humanos.....</u>	<u>51</u>
<u>4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</u>	<u>53</u>
<u>5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....</u>	<u>54</u>
<u>6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres</u>	<u>55</u>
<u>7 – Previdência Complementar Patrocinada.....</u>	<u>56</u>
<u>8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....</u>	<u>57</u>
<u>9 – Renúncia Tributária.....</u>	<u>58</u>
<u>10 – Operações de Fundo.....</u>	<u>59</u>
<u>11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....</u>	<u>60</u>
<u>11.1 – Recomendações da CGU.....</u>	<u>60</u>
<u>11.2 - Determinações e Recomendações do TCU</u>	<u>60</u>
<u>12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009... </u>	<u>61</u>
<u>13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....</u>	<u>62</u>
<u>14 – Outras Considerações.....</u>	<u>63</u>
<u>15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>65</u>

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG e SIAFI.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins está estruturada em quatro (04) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência Regional em Palmas-TO, por uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Araguaína-TO, um Posto de emissão de Passaporte no Aeroporto de Palmas-TO e um Posto da Polícia Federal em Gurupi-TO.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários), **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e (Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas), **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, além de três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial), **subordinados ao Superintendente Regional**, cinco (5) Núcleos (Núcleo de Inteligência Policial, subordinado ao **Superintendente Regional**, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e Núcleo Administrativo, subordinados ao **Setor de Administração e Logística Policial**, e Núcleo de Identificação, subordinado ao **Setor Técnico-Científico**).

O Estado do Tocantins foi criado em 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, o que faz com que o Tocantins seja o mais novo dos 26 estados do Brasil. Localiza-se na região Norte, exatamente no centro geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limites com estados do Nordeste (Piauí, Bahia, Maranhão), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso) e do próprio Norte (Pará), com população de 1.243.627 habitantes, Área de 277.620,914 km² e 139 municípios, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias ocupa porção estratégica do ponto de vista geográfico no território nacional.

No ano de 2009, a SR realizou três (03) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente (oitenta) mandados de busca e apreensão e 24 (vinte e quatro) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 799 (setecentos e noventa e nove) Inquéritos Policiais, concluídos 822 (oitocentos e vinte e dois), e ficaram em aberto (em andamento) 882 (oitocentos e oitenta e dois) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, contrabando e descaminho, fraudes previdenciárias, trabalho escravo e crimes financeiros.

1 - Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Tocantins			
Código SIORG: 010089	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200135	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(63) 3218-5704	(63)3218-5715	(63)3218-5700
Endereço eletrônico: sr.to@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, Conjunto 01, Lote 04 – Centro – Palmas-TO			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	Situação	Código SIORG	
-	-	-	
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL			
Denominação abreviada: FUNAPOL – SR/DPF/TO			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI:200405	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(63) 3218-5704	(63)3218-5715	(63)3218-5700
Endereço eletrônico: sr.to@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			

Endereço Postal: Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, Conjunto 01, Lote 04 – Centro – Palmas-TO			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: Tesouro			
Denominação abreviada: Tesouro - SR/DPF/TO			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200404	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(63) 3218-5704	(63)3218-5715	(63)3218-5700
Endereço eletrônico: sr.to@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, Conjunto 01, Lote 04 – Centro – Palmas-TO			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>- Lei 8.715, de 06/10/93</p> <p>- DOU. 192, de 07/10/93</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p> <p>Criada como Superintendência Regional em conformidade com o art. 1º da Lei 8.715/93, DOU. 192/93, em função da criação do Estado de Tocantins.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- Port. 005, de 12/01/95</p> <p>- DOU. 021, de 30/01/95</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não há			

2 - Objetivos e Metas

2.1 - Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins.

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, apresentadas a seguir, conclui-se que o papel da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal consolidado nesse relatório é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição à qual faz parte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições causem prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Assim, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.1 - Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a SR/DPF/TO, atuou mais notadamente na Melhoria de Gestão, no Combate a Corrupção e no Combate ao Narcotráfico, cabe ressaltar que a SR/DPF/TO teve mudança de seu Ordenador de Despesa, através da Portaria de nº 1.020 de 23.07.2009 do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 140 de 24.07.2009

2.2 - Estratégia de Atuação

Cada Superintendência Regional do DPF é responsável pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União como na atuação como Polícia Administrativa; neste sentido a SR/TO estabelece metas anuais definindo o que vai executar no exercício. Estas metas são obrigatoriamente relacionadas às atribuições da Polícia Federal (metas policiais) e a melhoria das condições da atividade meio (metas administrativas).

Segue abaixo a relação das metas desta Superintendência Regional:

2.2.1 Metas Policiais

Meta 1: Atuar coordenadamente com a Caixa Econômica Federal e o Ministério Público Federal, visando combater quadrilhas criminosas, de grande potencial ofensivo, principalmente para mapear as organizações criminosas que fraudam contas da Caixa Econômica Federal, utilizando a clonagem de cartões e a *Internet* como meios para a consumação dos crimes.

Executores: SR, DREX E DELEFAZ

Objetivo/Finalidade: Necessidade de repressão uniforme, coordenada e eficaz a delitos de grande potencial ofensivo.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: A Delefaz possui 2 operações em andamento sendo que uma delas visa combater quadrilha organizada de rackers. Informo também que permanece estreito os contatos institucionais junto à CEF e o MPF, durante o exercício 2009 foram realizadas várias reuniões com os responsáveis pelo sistema de segurança da CEF no Tocantins, objetivando a melhora no repasse de informações por parte da CEF.

Meta 2: Priorizar a conclusão de inquéritos policiais instaurados há mais de três anos.

Objetivo/Finalidade: O tempo transcorrido desde a ocorrência dos fatos criminosos investigados é fator relevante ao sucesso das apurações criminais.

Executores: SR, DREX, DRCOR e COR

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: não foi realizado um trabalho específico nos IPL's.

Meta 3: Promover força-tarefa, com a participação da Receita Federal, CGU, TCU, e MPF, tendente a desarticular as organizações criminosas direcionadas a fraudes tributárias.

Executores: SR, DELEFAZ e DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: A realização de investigações em regime de força-tarefa com as demais instituições envolvidas na repressão aos crimes tributários tem se apresentado como instrumento eficaz no desmantelamento de quadrilhas criminosas, respeitadas as atribuições de cada membro.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: foram empreendidas algumas investigações, por meio da criação do GRFIN, com apoio da CGU e foram realizadas investigações *notitia criminis* recebidas contudo não foram realizadas forças-tarefa em conjunto com a Receita Federal, TCU e MPF, no âmbito da DPF/AGA.

Meta 4: Investigar a comercialização de árvores fossilizadas retiradas do parque estadual no município de Filadélfia-TO. Cessar a venda dessas mercadorias, em outros estados e outros países, impedindo a retirada dos fósseis do seu sítio arqueológico natural.

Executores: SR, DREX, DELEMAPH, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Denúncias, inclusive em jornais de grande circulação nacional, de venda pela *Internet* de fósseis retirados do Tocantins, inclusive em países do norte do continente e da Europa. Na circunscrição da Delegacia de Araguaína existe uma reserva que abriga fósseis protegidos por lei – parque estadual da cidade de Filadélfia. Procedimentos policiais já foram instaurados para apurar a suposta existência de tráfico internacional desses fósseis.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: O Inquérito relativo a citada investigação foi concluído e relatado no ano de 2009 com o indiciamento de Perseu Vaz Barbosa Matias - pessoa responsável pela comercialização dos fósseis. Meta parcialmente alcançada, tendo em vista a realização de investigações no bojo de inquéritos instaurados para investigar comercialização ilegal de fósseis.

Meta 5: Continuar o monitoramento, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, das cargas de madeira ilegalmente extraída que cruzam o Estado, vindas do Pará e Maranhão com destino aos estados do Sul e Sudeste.

Executores: SR, DREX, DELEMAPH, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Embora o Tocantins não possua grandes florestas sujeitas a desmatamento, é rota para o escoamento da produção ilegal dos estados das regiões Norte e Nordeste.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Meta posta em prática, no âmbito da DPF/AGA, por ocasião de atuações conjuntas com as demais instituições de Segurança Pública, quando da execução do COMEN.

Meta 6: Promover atuações conjuntas com o IBAMA, o NATURATINS e a FUNAI visando a combater a exploração ilegal de madeiras em reservas indígenas, o tráfico de animais silvestres e a identificar os principais responsáveis por essas atividades.

Executores: SR, DREX, DELMAPH, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: A preocupação com o meio ambiente a cada dia se robustece, sendo esse um dos focos atuais do DPF, o qual vem voltando as suas atenções para a região Norte do Brasil.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Nesta SR/TO há hoje em tramitação diversos IPL's cujo objetivo é apurar condutas ilícitas concernentes ao comércio ilegal de madeiras, e sobretudo, fraude ao sistema DOF

fomentando a conclusão para este ano de uma operação. De igual forma, conta-se hoje com um Inquérito apurando a ação de vários criminosos na região praticando a comercialização ilícita de animais silvestres. Para o atingimento dessas metas de 2009, destaque-se o importante contato com o IBAMA/TO. Ainda não foram realizadas atuações conjuntas com o IBAMA, NATURATINS e a FUNAI, no âmbito da DPF/AGA, contudo foram realizadas investigações *notitia criminis* recebidas.

Meta 7: Implementar o sistema PROMASP na base do DPF em Gurupi/TO e qualificar os servidores da SR/DPF/TO a operar o sistema, quando em missão naquele local.

Executores: SR, DREX, DELEMIG

Objetivo/Finalidade: Atender a significativa demanda da região de Gurupi para expedição de documentos de viagem, evitando-se o deslocamento de pessoas residentes naquela região para Palmas apenas para a obtenção do documento.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: A implementação efetiva do posto não foi realizada pela Administração devido a falta de orçamento.

Meta 8: Identificar grupos ou quadrilhas envolvidos em fraudes previdenciárias no âmbito circunscricional da SR/DPF/TO.

Executores: SR, DREX, DELEPREV

Objetivo/Finalidade: Com o cruzamento das informações será possível identificar possíveis organizações criminosas envolvidas com crimes previdenciários, dentre outros correlatos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: A meta foi atingida, vez que foi possível identificar grupo envolvido em fraudes previdenciárias no âmbito circunscricional desta Superintendência. A tarefa é rotineira e demanda certo tempo, mas deverá continuar no próximo ano, com a finalidade de amadurecer investigações na seara previdenciária.

Meta 9: Promover força-tarefa, com a participação do INSS e do Ministério Público, tendente a identificar e apurar fraudes e ilícitos penais cometidos contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Executores: SR, DREX, DELEPREV

Objetivo/Finalidade: A realização de investigações em regime de força-tarefa com as demais instituições envolvidas na repressão aos crimes previdenciários tem se apresentado como adequada para o enfrentamento eficiente e ágil de quadrilhas criminosas, respeitadas as atribuições de cada membro.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Ainda não foram realizadas forças-tarefa em conjunto com O INSS e o Ministério Público, no âmbito da DPF/AGA, contudo foram realizadas investigações *notitia criminis*,

porém a APE-GR/MPS indicou um servidor do INSS para atuar em apoio aos serviços da DELEPREV/DREX/SR/TO.

Meta 10: : Implantar rotina de fiscalização de empresas de prestação de serviços de Segurança Privada, em eventos que reúnam grande público (musicais, culturais) e boates do Estado de Tocantins.

Executores: SR, DREX, DELESP

Objetivo/Finalidade: Eficiência e agilidade na prestação do serviço de controle de Segurança Privada.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foram implementadas ações em eventos como o Carnaval e Exposição Agropecuária, sobretudo no concernente à orientação dos organizadores e pesquisas dos antecedentes das pessoa que atuaram nessas ocasiões.

Meta 11: Capacitar os policiais recém empossados, principalmente os que serão lotados na DPF/AGA/TO, quanto à rotina de trabalho específica do controle de segurança privada.

Executores: SR, DREX, DELESP

Objetivo/Finalidade: Capacitar os policiais novos para as atividades da DELESP e da Comissão de Vistoria da Delegacia de Polícia Federal de Araguaína.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: As rotinas de trabalho da DELESP foram repassadas aos policiais que foram lotados nesta especializada durante o ano de 2009, entretanto não se logrou trazer policiais recém empossados de Araguaína para participar das vistorias desta DELESP. Sugiro que este item da meta seja excluído da DELESP e inserido como meta para a CV/Araguaína, que conforme suas demandas, tem mais condições de aferir quando é mais oportuno o envio de policiais para participar de vistoria desta DELESP.

Meta 12: Executar operações de combate a atividade clandestina(não autorizada) de Segurança Privada.

Executores: SR, DREX, DELESP

Objetivo/Finalidade: Dar continuidade ao trabalho de combate à atividade não autorizada (clandestina) de segurança privada, dando visibilidade ao trabalho de controle realizado pela DELESP.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foram efetuadas averiguações de denúncias sobre atividade clandestina de segurança privada. Sugiro que se pugne pela inclusão do Estado do Tocantins na operação Varredura da CGCSP, caso esteja prevista para o ano de 2010 e caso negativo, que seja mantida a meta nos moldes atuais.

Meta 13: Preparar a DELESP/SR/TO para eventual alteração legislativa que amplie o seu campo de atribuição.

Executores: SR, DREX, DELESP, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: O Projeto de Lei n. 168/2005, ainda em trâmite no legislativo federal, ampliará consideravelmente as atribuições da DELESP.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Ainda aguardando alteação legislativa, entretanto os policiais desta DELESP já internalizaram as novas rotinas decorrentes das alterações da Portaria 387/2006.

Meta 14: Estabelecer estudos com vistas a identificar e evitar crimes praticados em detrimento das comunidades indígenas, contra a organização do trabalho, bem como desenvolver diligências objetivando a conclusão dos inquéritos em andamento.

Executores: SR, DREX, DELINST, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Os conflitos armados em comunidades indígenas e a grande quantidade de propriedade rurais com registros de pessoas armadas chamam a atenção para que se promovam ações voltadas para amenizar a situação e trazer a paz social nesses ambientes

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Meta ainda não alcançada, plenamente, entretanto foram desenvolvidas ações conjuntas com o Ministério Público do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho, visando coibir a prática de trabalho escravo em propriedade rurais da região.

Meta 15: Dar cumprimento aos Mandados de Prisão expedidos no estado em relação às atribuições da Polícia Federal.

Executores: SR, DREX, DRCOR, NO

Objetivo/Finalidade: Necessidade de conferir efetividade aos trabalhos de polícia judiciária realizados.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 16: Acompanhar as *notitias criminis* no SINPRO, por autoridade policial.

Executores: SR, DREX, NUCART

Objetivo/Finalidade: As correições ordinárias têm se reportado, constantemente, à existência de expedientes pendentes de instauração de inquérito.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 17: Dar destino às armas e munições guardadas no depósito, em especial àquelas relativas a inquéritos policiais relatados e as que não tem relação com procedimentos policiais.

Executores: SR, DREX, NUCART, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Manter o Depósito desta Regional em conformidade com as disposições da IN 11/2001-DG/DPF.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Meta alcançada, vez que todos os objetos recolhidos no depósito da DPF/AGA tiveram os procedimentos respectivos identificados.

Meta 18: Dar destino aos veículos apreendidos mantidos no pátio desta Regional, em especial aqueles relativos a inquéritos policiais relatados.

Executores: SR, DREX, NUCART, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Atender às disposições da IN 11/2001-DG/DPF quanto à destinação de materiais apreendidos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo, ainda, não totalmente alcançado na DPF/AGA, entretanto foram realizados levantamentos das situações dos procedimentos aos quais os veículos apreendidos estão vinculados, com vista a retirar do depósito aqueles que não mais interessam à Justiça.

Meta 19: Promover a incineração de drogas, principalmente relacionadas a apreensões antigas e/ou relativas a inquéritos policiais relatados.

Executores: SR, DREX, NUCART, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Manter o Depósito desta Regional em conformidade com as disposições da IN 11/2001-DG/DPF e atender as prescrições da Lei 11.343/06.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Meta alcançada no âmbito da DPF/AGA, vez que foram identificadas os procedimentos aos quais as drogas que encontravam-se em Depósito estavam vinculados, sendo estas posteriormente incineradas na forma da IN 11/2001-DG/DPF.

Meta 20: Combater o tráfico de medicamentos de uso controlado no Estado de Tocantins.

Executores: SR, DRCOR, DRE, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Reprimir o comércio irregular de medicamentos de uso controlado no Estado do Tocantins.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: foram realizadas investigações que redundaram na instauração de inquéritos policiais, os quais estão em andamento, porém o objetivo, ainda, não foi plenamente alcançado, no âmbito da DPF/AGA, havendo apenas investigações realizadas apartir de *notitia criminis*.

Meta 21: Participar de encontros e realizar palestras, em entidades públicas e não governamentais, para divulgação dos malefícios do consumo de substâncias entorpecentes, das medidas judiciais destinadas aos consumidores e das conseqüências policiais do tráfico ilícito de drogas.

Executores: SR, DRCOR, DRE

Objetivo/Finalidade: Necessidade de interação com a população local para a divulgação do trabalho investigativo e repressivo da Polícia Federal, como medida de caráter preventivo geral.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas:

Meta 22: Implementar ações conjuntas com a CGPRE, com o Departamento de Aviação Civil e o SIVAM objetivando intensificar o combate ao narcotráfico, buscando localizar e erradicar áreas de cultivo de maconha, identificar pistas de pouso e vias de acesso clandestinas, bem como promover a fiscalização de empresas que lidam no ramo de produtos químicos.

Executores: SR, DRCOR, DRE, DPFA/GA

Objetivo/Finalidade: O Estado do Tocantins, devido a sua localização geográfica (saída da região amazônica), é uma rota do tráfico internacional de drogas, registrando-se grandes apreensões de cocaína nos últimos anos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo, ainda, não alcançado, visto não haver sido possível o desenvolvimento de ações conjuntas com a CGPRE, Departamento de Aviação Civil e SIVAM, no âmbito da DPF/AGA

Meta 23: Realizar correições parciais nos procedimentos investigativos da SR/DPF/TO.

Executores: SR, COR, NUCOR

Objetivo/Finalidade: Visando a implementar melhorias na qualidade dos trabalhos de polícia judiciária, bem como para auxiliar e facilitar a tarefa a ser realizada pelas Correições Ordinárias.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: foi nomeado chefe do NUCOR/COR que vem realizando as correições parciais em procedimento da SR/TO e, temporariamente, da Delegacia de Araguaína.

Meta 24: Aprimoramento do uso do banco de dados “I2” ou ferramenta similar oferecida pela DIP no NIP, na Superintendência e na Unidade de Inteligência Policial da Delegacia de Polícia Federal de Araguaína.

Executores: SR, NIP, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Aperfeiçoamento dos processos de inclusão e recuperação de dados relacionados às atividades de polícia judiciária e inteligência.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado vez que servidores policiais da DPF/AGA receberam treinamento para o uso do banco de dados “I2”, bem como disponibilizado o acesso.

Meta 25: Promover atividades que auxiliem na manutenção dos contatos externos fornecedores de informação, inclusive realizar e participar de reuniões com órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública.

Executores: SR, NIP

Objetivo/Finalidade: Otimizar a obtenção de informações de interesse policial e melhorar o grau de colaboração com outros órgãos. Fortalecer a integração dos órgãos de inteligência regionais visando a promover as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de inteligência e de polícia judiciária.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado, através de treinamento ministrado no DF a servidores do NIP, além do estreitamento com colaboradores, participantes ou não do SISBIN.

Meta 26: Realizar convênios para disponibilização de acesso a bancos de dados públicos e particulares a partir da Superintendência Regional.

Executores: SR, NIP, NTI, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Ampliação das fontes de dados, permitindo a obtenção, rápida e segura, de informações necessárias ao desenvolvimento das ações de polícia judiciária e de inteligência.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foram disponibilizados três novos bancos de dados à DPF/AGA através do NIP/SR/TO

Meta 27: Equipar o laboratório do SETEC com cromatógrafo gasoso para aumentar o rol de produtos a serem examinados no laboratório de análises químicas.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Atender às demandas de medicamentos, agrotóxicos e resíduos de contaminação.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Aguardando a segunda fase do Promotec para pleitear o equipamento, uma vez que no corrente ano foi prevista apenas a aquisição dos equipamentos que faltavam (balanças) para montagem de laboratórios básicos.

Meta 28: Promover a interação com órgãos técnicos afins, das três esferas da administração pública, visando à troca de conhecimentos e experiências.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Manter os servidores do Setor atualizados e cientes da realidade do Estado, bem como, permitir que possam contribuir com os conhecimentos que possuam.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 29: Promover a interação com as autoridades solicitantes de perícias com o objetivo de realizar atendimento mais adequado.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: A aproximação pode permitir que as solicitações sejam atendidas com mais brevidade e forneçam os elementos necessários buscados.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 30: Reduzir o número de perícias pendentes ao final de 2009.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Houve a implantação de novos equipamentos, necessários para o adequado atendimento da demanda, nos anos de 2007 e 2008, bem como a realocação dos laboratórios periciais.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 31: Manter um arquivo físico de fotografias e de impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais desta Superintendência.

Executores: SR, SETEC, NID

Objetivo/Finalidade: O material produzido poderá ser usado como recurso investigativo e peculiar à criminalidade da regional, a ser disponibilizado em suporte prático.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 32: Assegurar a perfeita manutenção dos vestígios essenciais, na área de identificação papiloscópica, à elucidação de crimes investigados.

Executores: SR, SETEC, NID

Objetivo/Finalidade: Necessidade de melhorar a qualidade da prova coletada para maximizar as possibilidades de recurso à identificação papiloscópica na elucidação de crimes.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 33: Desenvolver ações tendentes a combater crimes contra o patrimônio da ECT.

Executores: SR, DRCOR, DELEPAT, DPAF/AGA

Objetivo/Finalidade: Os crimes cometidos contra o patrimônio da União, e em especial contra as suas empresas públicas, têm apresentado um crescente aumento. Chamam a atenção os constantes roubos cometidos contra os CORREIOS, ocorridos muitas vezes pelo fato de fazer às vezes de instituição bancária, sem no entanto estar obrigado a atender às exigências legais de segurança orgânica afetas a essas instituições. A deficiente segurança dos CORREIOS vem favorecendo a ocorrência desses crimes e o que se percebe é que as quadrilhas, antes especializadas em roubo a bancos, estariam migrando para os CORREIOS, capitalizando-se com o dinheiro subtraído e se estruturando para roubos de maior porte.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: foram realizados contatos com o intuito de melhorar a atuação da PF com a ECT.

2.2.2 Metas Administrativas

Meta 1: Fomentar a realização de cursos da área de atuação da DELEMIG para os servidores atuantes nestas funções tanto na SR quanto na Delegacia de Araguaína.

Executores: SR, DREX, DELEMIG, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Necessidade de qualificar e atualizar servidores do setor para permitir um incremento na qualidade do atendimento ao público e dos procedimentos administrativos correlatos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Meta ainda não plenamente alcançada, tendo em vista a necessidade de treinamento de mais pessoas para atuarem na área, na DPF/AGA

Meta 2: Implementar as condições necessárias para que o DPF acompanhe e desempenhe sua função frente ao projeto “Aeroporto Industrial de Palmas”, em parceria com o governo do Estado e diversos órgãos públicos e entidades privadas.

Executores: SR, DREX, DELEMIG,

Objetivo/Finalidade: O projeto prevê a criação de um centro de distribuição neste Estado, internacionalização e criação de zona primária no aeroporto local, o que ensejará o início dos trabalhos de controle de imigração nesta DELEMIG

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Apesar das tratativas juntos aos órgãos responsáveis, a INFRAERO suspendeu o projeto “Aeroporto Industrial de Palmas”.

Meta 3: Capacitar os servidores para atuação operacional, principalmente na realização de trabalhos de segurança de dignitários, segurança física de instalações, condução de presos, cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão.

Executores: SR, DREX, NO

Objetivo/Finalidade: Necessidade de condicionamento operacional e de atualização de procedimentos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas:

Meta 4: Capacitar servidores policiais em cursos de Gerenciamento de Crises.

Executores: SR, DRCOR, DELEPAT

Objetivo/Finalidade: Necessidade de qualificar servidores para a prática de Gerenciamento de Crises em virtude da comum ocorrência de crimes patrimoniais violentos contra reféns, os quais, em razão das atribuições, exigem pronta ação da Polícia Federal, além de que servidores desta Regional integram a Comissão de Gerenciamento de Crise da Caixa Econômica Federal.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Servidores da SR/DPF/TO e da DPF/AGA/TO fizeram curso de gerenciamento de crise na Academia de Polícia no exercício de 2009.

Meta 5: Capacitar continuamente os servidores lotados na COR, no NUDIS e no NUCOR.

Executores: SR, COR

Objetivo/Finalidade: Objetivando melhor atendimento aos aspectos formais e legais das atividades da área.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 6: Realizar seminários com o objetivo de conscientizar os servidores da Superintendência e da Delegacia de Araguaína sobre a importância da segurança orgânica.

Executores: SR, NIP, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Otimizar o cumprimento de rotinas e procedimentos que promovam a segurança orgânica..

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Não foi possível realizar seminário com o objetivo de conscientizar os servidores da Superintendência e da Delegacia de Araguaína sobre a importância da segurança orgânica.

Meta 7: Capacitação dos policiais envolvidos nas atividades de inteligência na Superintendência Regional e na da Delegacia de Polícia Federal de Araguaína.

Executores: SR, NIP, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Disseminar conhecimentos sobre Inteligência Policial.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado com a participação de policiais da SR/DPF/TO em cursos e Operações reais de Inteligência, realização de instruções, além da intercâmbio com policiais da DIP em missão neste NIP.

Meta 8: Equipar as unidades de inteligência com equipamentos eletrônicos e de informática adequados às atividades desenvolvidas.

Executores: SR, SELOG, NIP, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Criar um ambiente de trabalho que apresente as características necessárias ao desenvolvimento das atividades de inteligência e otimize o desenvolvimento das tarefas de inteligência.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado com a criação física do CRIS, ainda pendente a modernização das máquinas utilizadas em suas dependências, bem como a implantação de auditório

próprio para reuniões. Contribuiu para o resultado, a obtenção de doação de materiais junto a Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR.

Meta 9: Elaborar e Implantar Plano de Segurança Orgânica do NIP.

Executores: SR, NIP, SELOG, NTI

Objetivo/Finalidade: Aumentar a segurança das informações e instalações do Núcleo de Inteligência, protegendo-os de quaisquer agentes adversos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado com a criação do CRIS, assim como pela realização de reunião/instrução com os policiais nele em atividade. Pendente de confecção de IS de funcionamento, com conteúdo específico acerca do tema.

Meta 10: Fomentar a participação dos peritos em cursos e programas de capacitação dentro da criminalística, especialmente dos recém-empossados.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Manter os servidores do setor atualizados e propiciar a troca de informações com outros SETECs/NUTEC's.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 11: Implantar o laboratório de química (equipamentos) a ser adquirido através do Promotec.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Atender às demandas de exames periciais da área relacionada

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Meta 12: Realocar PCF's das áreas em que ocorrerem remoções ou em que esteja prestes a ocorrer.

Executores: SR, SETEC

Objetivo/Finalidade: Manter a capacidade de pronto atendimento das áreas sensíveis tais como química, eletrônica e audiovisual e biologia.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Falta de tempo hábil para providenciar a substituição do perito da área de engenharia elétrica tendo em vista que a remoção por ordem judicial foi publicada após a fixação das vagas para a ANP; desligamento de um candidato no final do curso na ANP e desistência de outro da área de engenharia civil.

Meta 13: Participar de projetos de pesquisa, estudos e cursos técnico-científicos na área de identificação papiloscópica.

Executores: SR, SETEC, NID, DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Proporcionar aos Papiloscopistas aperfeiçoamento contínuo.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado com a disponibilização de cursos na área de identificação papiloscópica.

Meta 14: Instalar sistemas para controle de atividades policiais e administrativas.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Necessidade de organização e concentração dos processos, informações policiais e administrativas da SRTO.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi instalado o programa SIGEPOL.

Meta 15: Aumentar a disponibilidade de armazenamento de arquivos para utilização das unidades

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Servidores de arquivo atualmente utilizado necessitam de atualização tecnológica.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Não foi disponibilizado orçamento para realizar tal aquisição.

Meta 16: Ampliação da rede local e elétrica.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Abrigar a conexão de novos computadores recém adquiridos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Não foi atingida, tendo em vista que ficou acertado que alugaríamos novo prédio para abrigar a Superintendência Regional do DPF no Tocantins, dando maior comodidade aos servidores e suprimindo com isso as demandas de ordem físicas do prédio.

Meta 17: Interligação de sistemas de transmissão VHF com UHF.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Unir o sistema Tetrapol ao sistema de VHF que possui transmissores de maior potência.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Ações desenvolvidas: Foi implementada a interligações do sistema.

Meta 18: Realizar atualização tecnológica dos computadores adquiridos pelo sistema Promotec/Pro-Amazônia.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Melhorar o desempenho do processamento e armazenamento das máquinas que possuem melhor qualidade de fabricação.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Ações desenvolvidas: Não foi possível devido a tecnologia necessária para atualização das máquinas ser de valor antieconômico.

Meta 19: Localizar ponto, na cidade de GURUPI-TO, para instalação da antena do sistema Tetrapol.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Melhorar a qualidade de sinal de rádio para a comunicação de voz em operações realizadas naquela cidade.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi identificado ponto, junto a Torre de transmissão da Polícia Rodoviária Federal na cidade de Gurupi-TO, sendo que esta em fase de negociação o compartilhamento da torre.

Meta 20: Localizar ponto, na cidade de ARAGUAÍNA-TO, para instalação da antena do sistema Tetrapol..

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Melhorar a qualidade de sinal de rádio para a comunicação de voz em operações realizadas naquela cidade.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi identificado ponto, junto a Torre de transmissão da TV Diário na cidade de Araguaína-TO, sendo que esta em fase de negociação o compartilhamento da torre.

Meta 21: Substituir Circuito Fechado de TV para monitoramento das áreas externas e internas da SRTO.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Sistema atual não abrange as áreas importantes de monitoramento e não suporta a instalação de mais câmeras.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi adquirido o Sistema de Circuito Fechado de TV para monitoramento das áreas externas e internas da SRTO.

Meta 22: Melhorar o controle das ligações e diminuir o risco de interceptação telefônica clandestina nos ramais da SRTO.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Atualmente o controle das ligações é realizado pela operadora e os ramais têm linhas independentes com instalações que facilitam a implantação de dispositivos de escuta clandestina.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Não foi possível atender, tendo em vista que não foi possível adquirir a Central Telefônica que possibilitaria atender a respectiva demanda.

Meta 23: Montagem de laboratório de manutenção de equipamentos eletrônicos.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Necessidade de ambiente, material e ferramentas adequadas à realização de trabalhos de manutenção em equipamentos eletrônicos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: devido a mudança de prédio ficou estabelecido que será realizada após a conclusão da referida mudança.

Meta 24: Adquirir unidades de backup de arquivos.

Executores: SR, NTI

Objetivo/Finalidade: Aumentar a confiabilidade de retenção de informações para utilização futura ou emergencial dos sistemas em operação, SISCART e arquivos corporativos.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Não foi disponibilizado orçamento para realizar tal aquisição.

Meta 25: Aquisição de mobiliários (aparelhos de telefone, micro computadores, impressoras e fragmentadora de papel), para todos os setores da SR/TO, incluindo a DPF/AGA e GURUPI.

Executores: SR, SELOG

Objetivo/Finalidade: Existe carência de mobiliário em todos os setores, principalmente depois do aluguel do prédio ao lado da Superintendência e a posse de novos servidores.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foram adquiridos vários mobiliários no exercício de 2009.

Meta 26: Fomentar a capacitação continuada dos servidores lotados na SELOG, referente a sua área de trabalho.

Executores: SR, SELOG

Objetivo/Finalidade: Necessidade do servidor público de aprimorar seus conhecimentos e com isso melhorar a qualidade do serviço público.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Todos os servidores do SELOG, NEOF e NAD e uma servidora do PROTOCOLO realizaram cursos de capacitação na ENAP e Academia de Polícia Federal em Brasília-DF.

Meta 27: Desenvolver ações visando à obtenção de imóvel e/ou terreno adequado para o funcionamento da Delegacia de Araguaína.

Executores: SR, SELOG DPF/AGA

Objetivo/Finalidade: Alto valor locativo do atual imóvel em que está instalada a Delegacia, bem como instalações inadequadas às peculiaridades desta Instituição.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Objetivo alcançado com a obtenção de terreno para a construção da DPF/AGA.

Meta 28: Desenvolver ações visando à obtenção de terreno adequado para a construção da Superintendência Regional.

Executores: SR, SELOG

Objetivo/Finalidade: Alto valor locativo do atual imóvel em que está instalada a Superintendência, bem como instalações inadequadas às peculiaridades desta Instituição.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi adquirido terreno com aproximadamente, 10.000 m² junto ao Governo do Estado do Tocantins.

Meta 29: Desenvolver ações visando à obtenção de terreno adequado para a construção da Delegacia de Araguaína.

Executores: SR, SELOG

Objetivo/Finalidade: A Delegacia ocupa casa alugada, sem reformas e sem espaço para abrigar o efetivo atual.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foi adquirido um terreno para a Delegacia de Polícia Federal na cidade de Araguaína, através de termo d ajustamento de conduta entre o do Ministério Público da Trabalho e Prefeitura Municipal de Araguaína - TO.

Meta 30: Fomentar a participação de servidores em cursos a distância, tendo como base o Telecentro.

Executores: SR, T&D

Objetivo/Finalidade: A ferramenta de aprendizado à distância disponibilizada pela SENASP/ANP, supre carência regional referentes treinamentos de servidores.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: As metas foram atingidas, com vários servidores fazendo cursos a distância, bem como participando de treinamento de tiro, direção operacional off-road e ainda, alguns fazendo cursos presenciais em outras cidades, especialmente os servidores administrativos.

Meta 31: Oferecer treinamentos para servidores da SR e convidados de forças de segurança locais.

Executores: SR, T&D

Objetivo/Finalidade: Aprimorar técnicas e promover a interação com outras instituições.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: As metas foram atingidas, com vários servidores fazendo cursos a distância, bem como participando de treinamento de tiro, direção operacional off-road e ainda, alguns fazendo cursos presenciais em outras cidades, especialmente os servidores administrativos.

Meta 32: Adquirir filmadoras e câmeras fotográficas digitais.

Executores: SR, SELOG DPFB/AGA

Objetivo/Finalidade: Os serviços de inteligência, para a sua eficácia plena, necessitam desses recursos tecnológicos, para melhorar a colheita das provas e dinamizar a *persecutio criminis*.

Atingida: SIM NÃO PARCIALMENTE

Atividades desenvolvidas: Foram disponibilizadas câmeras fotográficas digitais e filmadoras para o núcleo de inteligência.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.3.1 - Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico	
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Superintendência Regional da PF no Tocantins	
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federa	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade	
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

A execução do programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade que se deu no âmbito da SR/DPF/TO, ocorreu por meios das seguintes ações:

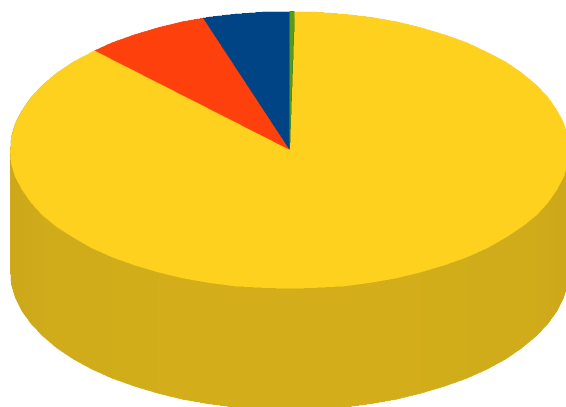
Quadro 04 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 662

Projeto/atividade	Dotação Descentralizada	Empenho Emitido	Despesa Executada	Crédito Disponível
2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	R\$ 55.120,38	R\$ 55.120,38	R\$ 55.120,38	R\$ 0,00
2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	R\$ 80.755,85	R\$ 80.755,85	R\$ 80.755,85	R\$ 0,00
2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	R\$ 964.484,81	R\$ 964.484,81	R\$ 964.484,81	R\$ 0,00

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 1.103.657,04	R\$ 1.103.657,04	R\$ 1.103.657,04	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI – Base de dados 18.03.10

A diferença entre a dotação orçamentária descentralizada e a despesa executada é o crédito que foi anulado.



- 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
- 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
- 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
- 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200405
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Foram empenhados e liquidados em 2009, R\$ 55.120,38 (cinquenta e cinco mil cento e vinte reais e trinta e oito centavos) nesta ação.

Quadro 06 - Serviços de Polícia Administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada

Atividades	2007	2008	2009
Autos de constatação e notificação de infração	17	23	19
Vistoria das instalações de empresa de vigilância	37	35	15
Renovação de certificado de segurança	8	16	15
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	8	15	11
Renovação de certificados de vistoria de veículos especiais	8	3	11
Planos de segurança/ vistorias de agências bancárias	101	123	183
Carteiras de vigilantes requeridas	468	358	345
Certificados vigilantes registrados	476	523	842
Guias de transporte/transferência de armas emitidas	11	38	71
Aplicação de multas	0	1	0
Análise de processos aquisição armas e afins	11	38	17
Análise de inclusão GESP	273	19	30
Processos de revisão/autorização de funcionamento analisados	11	11	13

2.3.1.1.2 - Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200405
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução. Os principais entorpecentes apreendidos foram maconha e cocaína, sendo que a média de apreensão do exercício de 2008 foi mantida. No exercício de 2009 foram realizadas várias ações de

inteligência com a finalidade de apoiar investigações no âmbito do Estado do Tocantins, cabe ressaltar que o aumento das ações de caráter sigiloso se deu em razão da implantação de uma base de inteligência na cidade de Palmas-TO, afim de dar maior condição de trabalho aos servidores do setor de inteligência desta descentralizada e de melhorar a qualidade das investigações no mapeamento, e combate das organizações criminosas e de suas ramificações no Estado do Tocantins.

2.3.1.1.3 - Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 08 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200405
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Quadro 09- Metas e Resultados da Ação 2726 no Exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão%
------	----------	----------	--------------------

Financeira	R\$ 964.484,81	R\$ 964.484,81	100%
Física	Não possui, pois era geral e contou com a ajuda desta SR.		

Fonte: SIAFI – Base de dados 18/03/10

2.3.1.1.4 - Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200405
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Quadro 11 - Metas e Resultados da Ação 4572 no Exercício 2009

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão%
Financeira	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00	100%
Física	Não possui, pois era geral e contou com a ajuda desta SR.		

Fonte: SIAFI – Base de dados 18/03/10

Em 2009 foram realizados na SR/DPF/TO, cursos e treinamentos para os servidores desta SR, destaque ao treinamento de armamento e tiro tático, treinamento de defesa pessoal, e treinamento de Off-Road nas L200 desta descentralizada. Consta apenas a execução de R\$ 3.296,00 pela Unidade Gestora do Tocantins em razão da realização orçamentária feita, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

2.3.1.2 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 12 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico	
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.	
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva	
Responsável pelo Programa na UJ	Superintendência Regional da PF no Tocantins	
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.	
Código	Tipo²	Descrição da Ação
8375	A	Campanha do Desarmamento

Fonte: SIGPLAN

A execução do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI que se deu no âmbito da SR/DPF/TO, ocorreu por meio da seguinte ação:

Quadro 13 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 1453

Projeto/atividade	Dotação Descentralizada	Empenho Emitido	Despesa Executada	Crédito Disponível
8375 – Campanha do desarmamento	R\$ 6.400,58	R\$ 6.400,58	R\$ 6.400,58	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

2.3.1.2.1 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200404
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas

indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Tocantins a Polícia Federal pagou 3.300,00 (Três mil e trezentos reais) referente a indenizações. Foram arredadas 75 armas de fogo, registradas 2.153 armas e foi realizado o recadastramento de 1.385 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização da Campanha percorrendo as principais regiões do Estado do Tocantins.

2.3.1.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade e a Ação 2003 – Ações de Informática.

Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Superintendência Regional da PF no Tocantins
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

A execução do programa Nacional de Apoio Administrativo que se deu no âmbito da SR/DPF/TO, ocorreu por meio da seguinte ação:

Quadro 16 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 0750 UG 200404

Projeto/atividade	Dotação Descentralizada	Empenho Emitido	Despesa Executada	Crédito Disponível
2000 – Administração da Unidade	R\$ 2.688497,17	R\$ 2.688.497,17	R\$ 2.265.046,01	R\$ 0,00
2003 – Ações de Informática	R\$ 23.957,88	R\$ 13.995,92	R\$ 13.995,92	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI – Base de dados 18/03/2010.

A diferença entre a dotação orçamentária descentralizada e a despesa executada é o valor que ficou e. Desp. Executada por Inscr. em RP não-Processado.

Quadro 17 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa 0750 UG 200405

Projeto/atividade	Dotação Descentralizada	Empenho Emitido	Despesa Executada	Crédito Disponível
2000 – Administração da Unidade	R\$ 5.550,45	R\$ 5.550,45	R\$ 5.550,45	R\$ 0,00

2.3.1.3.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200404 / 200405
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota

veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

2.3.1.3.2 - Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 19 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200404
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Foi disponibilizado R\$ 23.257,88 (vinte e três mil duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos) sendo que deste valor R\$ 9.961,96 (nove mil novecentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos) foi classificado como despesa executada em Inscrição em RP não-Processado.

2.4 - Desempenho Operacional

A Superintendência Regional do Estado do Tocantins, estabeleceu critérios numéricos de comparação dos resultados das atividades desenvolvidas pelas suas delegacias e setores.

Os resultados operacionais a seguir apresentados, são fruto da atuação integrada das diversas delegacias que compõem a SR/TO, com aplicação de recursos atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal e Apoio administrativo.

Nesse contexto, não vislumbramos a viabilidade técnica da ligação direta e objetiva do resultado operacional a determinado programa ou ação, uma vez que os recursos financeiros aplicados na grande maioria das ações desenvolvidas pela Superintendência são de um e de outro programa, embora seja desejável para uma adequada avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Polícia Federal.

2.4.1 Desempenho Operacional da Polícia Judiciária

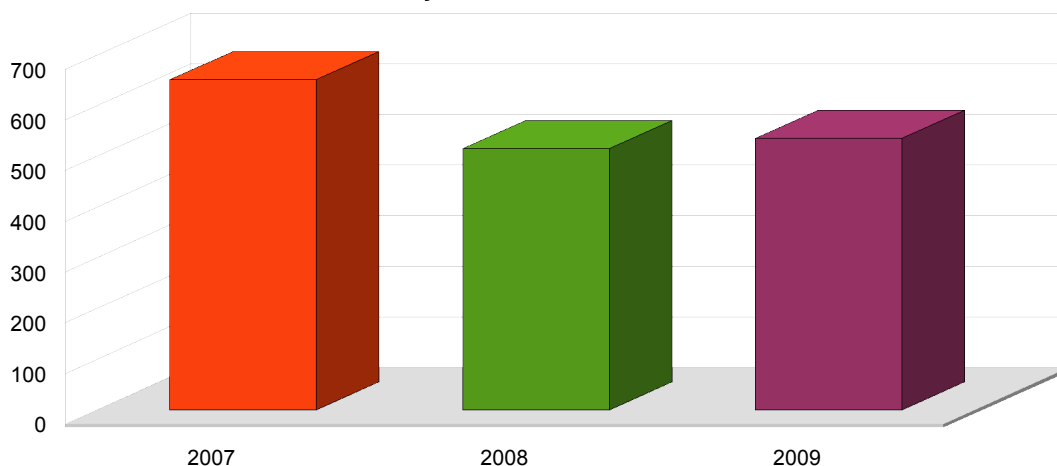
A realização de ações com enfoque nas atividades de Polícia Judiciária da União da Superintendência e da Delegacia de Araguaína foram enfatizadas no decorrer do exercício de 2009, sendo as autoridades policiais conscientizadas quanto à importância da qualidade do inquérito policial, que deve sempre primar pelos princípios da celeridade e eficiência.

Os quadros 20 e 21, a seguir, resumem o comportamento das atividades de polícia judiciária no decorrer do ano 2009.

Quadro 20 – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária

Atividades	2007 (UN)	2008 (UN)	2009 (UN)
IPL instaurados	546	645	472
IPL relatados	652	516	536
IPL em andamento	400	936	472
TCO instaurados	25	14	5
Cartas precatórias registradas	130	214	182

Evolução de IPL Relatados



Quadro 21 – Resumo das Atividades da Polícia Judiciária

Item	2008	2009
Flagrantes	22	35
Prisão preventiva	02	2
Prisão temporária	10	17
Mandado de busca e apreensão	55	69
Armas apreendidas	24	11
Bens apreendidos – veículos	16	11

Ainda em decorrência do cumprimento da sua missão institucional e do desempenho das funções de polícia judiciária, a Polícia Federal no Estado do Tocantins produziu 434 laudos periciais criminais, imprescindíveis ao conjunto das investigações desenvolvidos nas diversas áreas de sua atuação.

A produção de laudos apresentou uma diminuição na produtividade em relação ao exercício anterior, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 22 – Resumo do Desempenho do Setor Técnico Científico e Núcleo de Identificação

Atividades	2007 (UN)	2008 (UN)	2009 (UN)
Laudos periciais produzidos	422	704	434
Laudos Pendentes	159	140	8
Laudos papiloscópicos	24	15	22

No que concerne ao combate ao tráfico ilícito de drogas, em 2009, dentre outras apreensões de substâncias entorpecentes, a SR/DPF/TO, apreendeu mais de 370kg de cocaína e 5,8kg de maconha; o que demonstra a continuidade do serviço em relação ao ano de 2008, quando foram apreendidos 389,1 quilos de maconha/cocaína.

Quadro 23 – Histórico de Apreensões de Entorpecentes da SR/DPF/TO

Ano	Maconha (Kg)	Cocaína (kg)	Total
2004	0,5	0,9	1,4
2005	88,0	62,5	150,5
2006	35,1	9,2	44,3
2007	15,5	4,5	20,0
2008	25,7	363,5	389,1
2009	5,8	373,27	379,07
Total	170,55	813,83	984,37

2.4.2 Desempenho Operacional da Polícia Administrativa

No desempenho das atividades de polícia administrativa, que tem como função limitar ou regular direitos, interesses ou liberdades legítimos que o poder público, em razão de normas legais, é compelido a disciplinar, regulamentar e fiscalizar, a SR/DPF/TO concentrou a execução de suas ações no controle migratório, controle de armas e controle de segurança privada.

O resumo das principais atividades desenvolvidas no âmbito da polícia administrativa são representados nos quadros 24, 25, 26 e 27 a seguir.

Quadro 24 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de armas

Atividades	2007	2008	2009
Registro de armas de fogo expedidos	96	1.091	2.153
Portes de armas de fogo expedido	7	2	1
Autorização para aquisição de arma de fogo emitidos	22	56	50
Recadastramento de arma de fogo	64	953	1.385
Pedidos de porte de arma indeferidos	2	17	0
Ocorrências (roubo/furto/extravio de armas de fogo)	55	96	78
Armas recebidas pela Campanha do Desarmamento	2	59	75
Guias de trânsito de armas de fogo emitidos	33	18	40

Quadro 25 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle migratório

Atividades	2007	2008	2009
Emissão de passaportes	4.291	3.873	2.643
Pedido de sindicância de estrangeiros*	X	37	15
Recadastramento de estrangeiros	2	2	3
Carteira de estrangeiros	73	62	89
Registro de estrangeiros	31	28	65
Prorrogação de vistos	36	119	51
Pedidos de permanência de estrangeiros	14	23	15
Pedidos de naturalização	6	3	1
Registro de autos de infração de estrangeiros	14	40	17

* dado não apresentado para o exercício 2007

Quadro 26 – Serviços de polícia administrativa desenvolvidos no controle de segurança privada

Atividades	2007	2008	2009
Autos de constatação e notificação de infração	17	23	19
Vistoria das instalações de empresa de vigilância	37	35	15
Renovação de certificado de segurança	8	16	15
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	8	15	11
Renovação de certificados de vistoria de veículos especiais	8	3	11
Planos de segurança/ vistorias de agências bancárias	101	123	183
Carteiras de vigilantes requeridas	468	358	345
Certificados vigilantes registrados	476	523	842
Guias de transporte/transferência de armas emitidas	11	38	71
Aplicação de multas	0	1	0
Análise de processos aquisição armas e afins	11	38	17
Análise de inclusão GESP	273	19	30
Processos de revisão/autorização de funcionamento analisados	11	11	13

Quadro 27 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 115.606,22	R\$ 171.042,78	R\$ 244.250,00	R\$ 254.084,93
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 666.807,43	R\$ 1.194.742,75	R\$ 795.819,46	R\$ 1.176.086,36
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 461.670,04	R\$ 23.307,28	R\$ 514.655,98	R\$ 550.783,55
3.1 Publicidade	R\$ 7.180,80	R\$ 9.038,40	R\$ 12.735,95	R\$ 0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 446.700,24	R\$ 524.88,32	R\$ 491.744,99	R\$ 541.439,35
3.3 Tecnologia da Informação	R\$ 7.789,00	R\$ 14.268,88	R\$ 10.175,04	R\$ 0,00
3.4 Outras Terceirizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.344,20
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 29.042,98	R\$ 32.605,17	R\$ 31.193,91	R\$ 81.462,06
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS (conta tipo B)	R\$ 34.986,30	R\$ 44.896,00	R\$ 39.800,29	-
TOTAIS	R\$ 1.771.863,16	R\$ 2.112.541,66	R\$ 2.265.240,67	R\$ 2.062.416,90

Obs. Até o exercício de 2008 era utilizado SF conta tipo B, hoje só é utilizado Cartão de Pagamento do Governo Federal.

O valor das despesas com diárias apresentou aumento significativo devido ao aumento do valor das diárias.

2.4.3 - Evolução das despesas

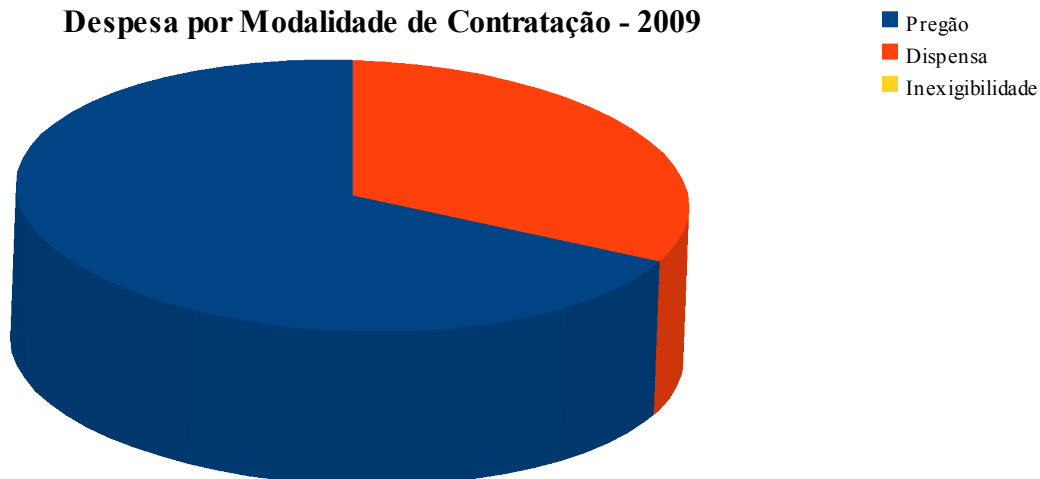
2.4.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 28 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	1.742.943,01	1.302.242,97	1.742.943,01	1.302.242,97
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.742.943,01	1.302.242,97	1.742.943,01	1.302.242,97
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	706.623,57	633.688,59	706.623,57	633.688,59
Dispensa	665.463,30	605.708,14	665.463,30	605.708,14
Inexigibilidade	41160,27	31.276,45	41160,27	31.276,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	70.994,20	81.462,06	70.994,20	81.462,06
Pagamento de Pessoal	784.099,53	1.176.086,36	784.099,53	1.176.086,36
Pagamento em Folha ¹	Relatório da COAD	Relatório da COAD	Relatório da COAD	Relatório da COAD
Diárias	R\$ 795.819,46	1.176.086,36	R\$ 795.819,46	1.176.086,36
Outros	-	-	-	-

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constam no Relatório de Gestão do DPE.

Despesa por Modalidade de Contratação - 2009



2.4.3

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	3.012.095,86	3.293.866,89	2.782.255,04	3.293.866,89	229.540,82	397.791,46	2.046.679,62	3.306.449,14
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	759659,02	697.991,09	630.854,32	697.991,09	128.804,70	367.941,96	626.912,53	697.991,09
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	491.744,99	549.399,73	464.946,47	549.399,73	26.798,52	1.383,82	464.946,47	549.399,73
30 - MATERIAL DE CONSUMO	504.067,36	273.667,27	443.124,64	273.667,27	60.942,72	26.407,68	439.272,34	284.125,94
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	784.099,53	1.176.086,36	784.099,53	1.176.086,36	0,00	0,00	58.318,20	1.176.086,36
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	244.250,00	254.084,93	233.971,37	254.084,93	10.278,63	0,00	233.971,37	254.084,93
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	128.416,00	140.247,65	125.899,75	140.247,65	2.516,25	58,00	123.899,75	140.247,65
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	2.123,58	0,00	2.123,58	0,00	0,00	0,00	2.123,58	2.123,58
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	300,00	3.057,83	0,00	3.057,83	0,00	0,00	0,00	3.057,83
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	97.435,38	194.566,25	97.235,38	194.566,25	200,00	0,00	97.235,38	194.566,25
41 – CONTRIBUIÇÕES	0,00	88,80	0,00	88,80	0,00	0,00	0,00	88,80
39 – OUTROS SERVIÇOS. TERC.	0,00	4.676,98	0,00	4.676,98	0,00	2.000,00	0,00	4.676,98

2.4.3.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 30 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	R\$ 363.992,77	R\$ 136.404,77	R\$ 50.148,71	R\$ 100.783,11	R\$ 313.844,06	R\$ 0,00	R\$ 50.148,71	R\$ 100.783,11
51 – Obras e Instalações Op. INT.ORÇ.	R\$ 2.100,00	R\$ 0,00	R\$ 2.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.100,00	R\$ 0,00
52 – Equip. Mat. Permanente Op. Intra-orc	R\$ 361.892,77	R\$ 136.404,77	R\$ 48.048,71	R\$ 100.783,11	R\$ 313.844,06	R\$ 0,00	R\$ 48.048,71	R\$ 100.783,11
5 - Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6 - Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

2.4.3.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 31 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		R\$ 1.103.657,04	R\$ 1.103.657,04	R\$ 0,00	R\$ 1.103.657,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	Não disponível
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						

Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	86,73%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A proporção de inquéritos relatados/instaurados foi superior a 100% na SEDE da Superintendência Regional em Palmas/TO. Por sua vez, o índice foi inferior a 100% nas descentralizadas de Araguaína-TO.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		R\$ 2.718.005,50	R\$ 2.284.952,38	R\$ 433.413,12	R\$ 2.284.592,38	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 08375		Denominação: PRONASCI – Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		R\$ 6.400,58	R\$ 6.400,58	R\$ 0,00	R\$ 6.400,58	

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência. Este índice é calculado pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendências que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente.

2.4.4 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 32 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ₁	Prio ₂	Unid.Me dida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Pre v.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	750	2000	A	3	Não Há	NA	NA	NA	NA	R\$ 2.270.596,46	NA
06 - Segurança Pública	125 - Normatização e Fiscalização	662	2679	A	3	Documento emitido	NA	NA	NA	NA	R\$ 55.120,38	NA
6 - Segurança Pública	126 - Tecnologia da informação	750	2003	A	3	Não Há	NA	NA	NA	NA	R\$ 13.995,92	NA
6 - Segurança Pública	128 - Formação de RH	662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	NA	NA	NA	R\$ 3.296,00	NA
6 - Segurança Pública	181 - Policiamento	662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	R\$ 964.484,81	NA
6 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	R\$ 80.755,85	NA
6 - Segurança Pública	422 - Direitos individuais, coletivos e difusos	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	NA	NA	NA	R\$ 6.400,58	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

2.4.5 - Indicadores de desempenho

Indicador I: Taxa de crescimento do volume de inquéritos policiais relatados

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de inquéritos policiais relatados

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{ inquéritos relatado } 2009) * 100 / \Sigma \text{ inquéritos relatado } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **3,88%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 20

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

Indicador II: Taxa de crescimento do volume de inquérito policiais instaurados

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de inquérito policial instaurados

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{ inquéritos instaurados } 2009) * 100 / \Sigma \text{ inquéritos instaurados } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **-26,82%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 20

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

Indicador III: Taxa de crescimento do volume de laudos periciais emitidos

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento do quantitativo de laudos periciais emitidos

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{ laudos emitidos } 2009) * 100 / \Sigma \text{ laudos emitidos } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **-38,35%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 22

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

Indicador IV: Taxa de crescimento de Apreensão de cocaína

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento de apreensão de cocaína na SR/DPF/TO

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{ cocaína apreendida } 2009) * 100 / \Sigma \text{ cocaína apreendida } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **2,69%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 23

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial - SELOG

Indicador V: Taxa de crescimento de Registro de arma de fogo expedido

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento de Registro de arma de fogo expedido na SR/DPF/TO

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{ reistro de arma de fogo expedido } 2009) * 100 / \Sigma \text{ registro de arma de fogo expedido } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **97,34%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 24

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

Indicador VI: Taxa de crescimento de Recadastramento de arma de fogo

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento de Recadastramento de arma de fogo na SR/DPF/TO

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{recadasramento de arma de fogo } 2009) * 100 / \Sigma \text{recadastramento de arma de fogo } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **45,33%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 24

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

Indicador VII: Taxa de crescimento de Emissão de passaporte

a) utilidade: medir, em relação ao ano anterior, a taxa de crescimento de Emissão de passaporte na SR/DPF/TO

b) tipo: eficiência

c) fórmula de cálculo:

$$(((\Sigma \text{emissão de passaporte } 2009) * 100 / \Sigma \text{emissão de passaporte } 2008) - 1) * 100$$

d) resultado do indicador: **-31,76%**

e) método de aferição: informações extraídas do quadro 25

f) responsável pelo cálculo: Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

2.4.6 - Análise do desempenho

A análise de desempenho desta Superintendência foi apresentada de forma detalhada em cada Ação. Além disso, na seção Introdução deste Relatório o resultado global desta SR foi resumidamente exposto, cujo trecho transcrevo abaixo:

No ano de 2009, a SR realizou três (03) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente (oitenta) mandados de busca e apreensão e 24 (vinte e quatro) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 799 (setecentos e noventa e nove) Inquéritos Policiais, concluídos 822 (oitocentos e vinte e dois), e ficaram em aberto (em andamento) 882 (oitocentos e oitenta e dois) inquéritos.

No Estado do Tocantins a Polícia Federal pagou R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais) referente a indenizações. Foram arredadas 75 armas de fogo, registradas 2.153 armas e foi realizado o recadastramento de 1.385 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização da Campanha percorrendo as principais regiões do Estado.

No que concerne ao combate ao tráfico ilícito de drogas, em 2009, dentre outras apreensões de substâncias entorpecentes, a SR/DPF/TO, apreendeu mais de 370kg de cocaína e 5,8kg de maconha; o que demonstra a continuidade do serviço em relação ao ano de 2008, quando foram apreendidos 389,1 quilos de maconha/cocaína.

3 - Recursos Humanos

Quadro 33 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	174	-	Não há informação ¹
Próprios	174	-	
Requisitados	-	-	
Celetistas			
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários			
Não Estatutários			
Terceirizados	25		
Total			

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

² - Fizeram estágio na SR/DPF/TO no exercício de 2009, 15 estagiários.

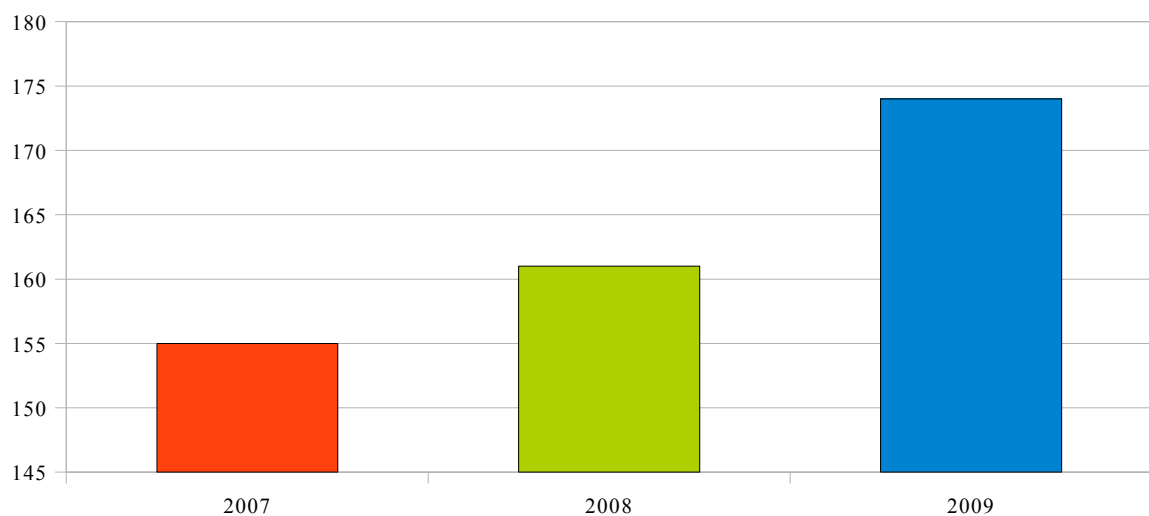
Quadro 34 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	155	R\$ 15.105.018,55	-	R\$ 905.678,41	R\$ 18.055,32	R\$ 272.700,71
2008	161	R\$ 18.545.378,06	-	R\$ 1.108.584,22	R\$ 26.038,89	R\$ 270.564,14
2009	174	R\$ 21.691.115,67	-	R\$ 621.844,80	R\$ 77.011,72	R\$ 265.854,83
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	1	R\$ 75.977,20	-	-	-	R\$ 1.512,00
2008	2	R\$ 241.547,08	-	-	-	R\$ 3.024,00
2009	1	R\$ 160.048,18	-	-	-	R\$ 1.512,00
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	12	524.888,32	0	0	0	0	18	R\$ 82.850,00
2008	12	491.744,99	0	0	0	0	14	R\$ 76.273,40
2009	12	541.439,35	4	9.344,20	0	0	15	R\$ 86.321,50

Fonte: SIAPE

Evolução do Efetivo da PF/TO



Considerações

A Superintendência da Polícia Federal no Estado do Tocantins apesar do concurso na área policial em 2009, necessita com urgência de mais servidores para comporem seu quadro funcional, sendo que a situação mais preocupante na atividade meio, pois a SR/DPF/TO dispõe de número reduzido de servidores administrativos.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

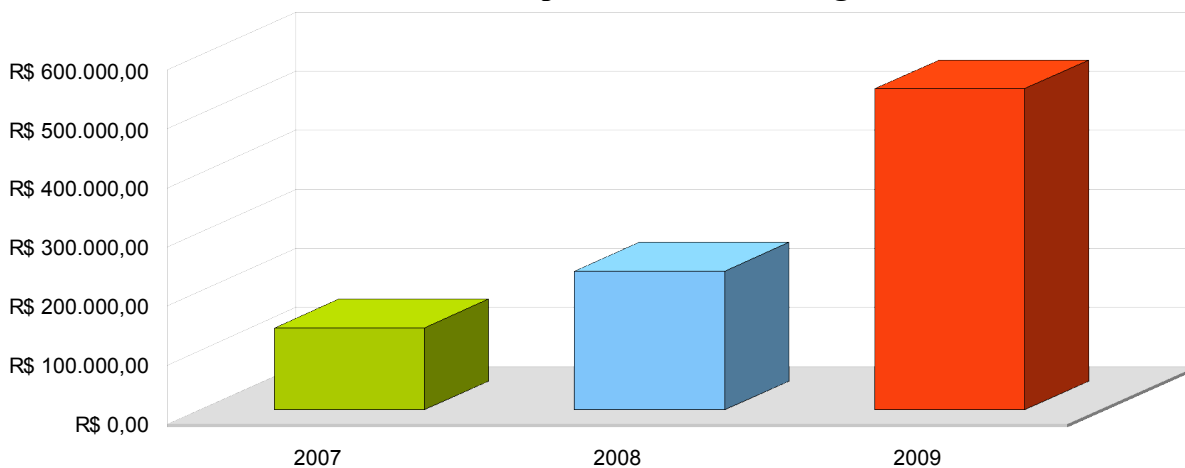
5 - Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 35 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2008	R\$ 1.464,55	R\$ 1.464,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	R\$ 138.775,05	R\$ 12.341,63	R\$ 126.433,42	R\$ 0,00
2008	R\$ 234.511,25	R\$ 41.427,79	R\$ 193.083,46	R\$ 0,00
2009	R\$ 543.384,88	R\$ 117.739,34	R\$ 425.645,54	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Evolução da Inscrição de Despesas em Restos a Pagar



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Tocantins não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 - Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Tocantins não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 - Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 - Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 - Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 - Recomendações da CGU

A Superintendência de Polícia Federal no Estado de Tocantins **não recebeu** determinações e/ou recomendações da Controladoria Geral da União, para o ano de 2009.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência de Polícia Federal no Estado de Tocantins **não recebeu** determinações e/ou recomendações do Tribunal de Contas da União, para o ano de 2009.

12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 36 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Tocantins		200135 - 200404 - 200405	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Tocantins estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Palmas-TO	Data	Palmas, 30 de março de 2010
Responsável	Adriano de Assis Sales	Matrícula nº	11440

14 - Outras Considerações

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, em 2009, empenhou-se em alugar novo prédio para abrigar as instalações da SR/DPF/TO e reformar e ampliar as instalações do prédio que abriga a DPF/AGA/TO e instalar uma base de inteligência da Polícia Federal na cidade de Palmas-TO, para isso foi alugado no final do ano de 2009 dois prédios; um para abrigar a sede da SR/DPF/TO, e outro para abrigar o Núcleo de Inteligência desta descentralizada, na cidade de Araguaína-TO, foi negociado com o proprietário do imóvel que abriga as instalações da Delegacia de Polícia Federal naquela cidade, a reforma do prédio e construção de um anexo, ao lado do referido prédio. Desta forma, investimos na melhora do ambiente de trabalho dos servidores desta descentralizada, esforçando-nos para melhorar a infra-estrutura física da Superintendência e da Delegacia de Araguaína, para que os servidores tenham o conforto necessário para realização de suas tarefas e, a sociedade tocantinense possa usufruir da prestação adequada dos serviços da Polícia Federal no Estado

Uma grande conquista no âmbito da SR/TO, foi a implantação em setembro/2009 do SIGEPOL, Sistema criado para gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de otimizar as tarefas desenvolvidas pelos servidores desta Superintendência.

Neste espaço, destacamos duas importantes conquistas: a aquisição de um terreno urbano com área total de 10.374,56 m², na cidade de Palmas-TO, para a construção da sede da SR/DPF/TO e aquisição de um terreno urbano com área total de 4.474,62m², na cidade de Araguaína-TO, para a construção da sede da DPF/AGA/TO, No exercício de 2010 e 2011 buscaremos recursos para a construção dos respectivos prédios..

No que diz respeito a Gestão de Contratos, disponibilizamos curso para os servidores que trabalham na atividade meio deste órgão, afim de capacitá-los para melhor desempenharem suas funções administrativas sociedade tocantinense.

Além das atividades acima citadas, e das operações e atividades referidas ao longo deste relatório de gestão, primamos pela melhoria da condução dos inquéritos policiais em trâmite nesta SR/TO e na Delegacia de Araguaína.

Ademais, esclareço que, durante o exercício de 2009, as ações pautaram-se de forma a atender, com a maior brevidade possível e dentro da disponibilidade orçamentária, todos os pedidos para realização de serviço, aquisição de materiais, pagamento de diárias, liberação de suprimento de fundos, dentre outros que surgiram no decorrer do exercício, mesmo diante da restrição de recursos orçamentários.

Assim, acreditamos estar cumprindo as diretrizes apontadas pela Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pelos regramentos que norteiam a Administração Pública.

ADRIANO DE ASSIS SALES
Administrador
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial
Matrícula 11.440

CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Matrícula 6.297

15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - TO	200404 - 200405
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8